

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

The place of Inclusive Education in the pedagogical projects of undergraduate courses: A Systematic Review

Wagner Essig
Renato Marcondes
Micheli Bordoli Amestoy
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa-Brasil

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral sintetizar trabalhos que analisem os PPC de Licenciaturas no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) entre os anos de 2008 a 2024, identificando a abordagem da educação inclusiva nesses documentos. Para se atingir tal objetivo, realizou-se uma Revisão Sistemática (RS) com adoção do Protocolo PRISMA 2020, em julho de 2024. Como resultado, observou-se que dos 97 documentos encontrados inicialmente, apenas oito abordavam a temática da inclusão. As análises revelaram que a maioria dos PPC não dialogam de forma eficiente com políticas de inclusão, bem como há uma escassez de componentes curriculares dedicados ao ensino em uma perspectiva inclusiva.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais; Formação de Professores; Educação Inclusiva.

Abstract

The general objective of this study is to synthesize studies that analyze undergraduate PPCs published in the Brazilian Open Access Scientific Data and Publications Portal (Oasisbr) between 2008 and 2024, identifying the approach to inclusive education in these documents. To achieve this objective, a Systematic Review (SR) was carried out with the adoption of the PRISMA 2020 Protocol in July 2024. As a result, it was observed that of the 97 documents initially found, only eight addressed the theme of inclusion. The analyses revealed that most PPCs do not dialogue efficiently with inclusion policies, as well as there is a shortage of curricular components dedicated to teaching from an inclusive perspective.

Keywords: Educational Policies; Teacher Training; Inclusive Education.

Introdução

A Educação Inclusiva (EI) foi baseada em documentos históricos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que almejam garantir direitos humanos, é uma luta internacional qual busca defender o pleno acesso equitativo de todos a educação, além de combater a segregação e exclusão vividas ao longo da história, seja por etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Portanto a EI abraça diversos grupos marginalizados e excluídos defendendo o acesso a diferentes níveis de ensino, procurando adequá-los conforme suas necessidades.

O conceito de inclusão escolar também tem como propósito levantar o questionamento da motivação pelo qual algumas pessoas são socialmente excluídas de instituições de ensino, além da discussão das políticas voltadas ao acesso a direitos fundamentais, como a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Artigo 58 diz que a Educação Especial (EE) é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996, p.36). Ou seja, a EE torna-se a partir desse momento, uma modalidade de educação escolar transversal às outras etapas, níveis e modalidades.

O Brasil avançou muito nos últimos anos para ampliar os direitos das pessoas com deficiência, devido a um movimento societário nacional de lutas e resistências, somado a reivindicações internacionais pela garantia e pela ampliação dos direitos à educação das pessoas com deficiência, tem-se expandido, o acesso à escolarização de crianças, jovens e adultos que fazem parte desse grupo. A atual proposta de inclusão destaca a necessidade de desconstruir preconceitos, reafirmando a luta pela garantia e igualdade de oportunidade e direitos a todos os cidadãos. Essa mesma narrativa passa a ter maior defesa com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em vigor desde janeiro de 2008.

A PNEEPEI reafirma o compromisso expresso na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pelas Nações Unidas, e seu Protocolo Facultativo em 2008. Nesse sentido, a tendência e o movimento mundial pela EI:

[...] é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa ao direito de todos os alunos habitarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum

tipo de discriminação. Nesse sentido, a educação inclusiva constituiu um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avançam em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção de exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

Nesta perspectiva, o processo de escolarização se faz na convivência entre todas as pessoas, em salas de aulas e ambientes comuns, reconhecendo e respeitando as mais variadas formas de comunicação, movimentos, pensamentos e percepções, sentimentos e relacionamentos. A partir da implementação dessa política determina-se que crianças e jovens “[...] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2008, p. 14) sejam inseridos nas escolas regulares, como forma de extinção de práticas discriminatórias e de barreiras que impeçam o exercício pleno da cidadania.

Para isso, a PNEPEI propõe mudanças no modelo de serviços em vigor no país desde 1994, instituído pela Política Nacional de Educação Especial. Ao propor a inserção de todos os estudantes em escolas regulares de ensino, depara-se com a realidade das escolas públicas brasileiras, na qual professores mostram-se preocupados e despreparados frente a várias demandas e dificuldades enfrentadas e sentidas como por exemplo, superlotação, escassez de recursos, redes de apoio desarticuladas ou inexistentes, dentre outros. Compõe-se, assim, um panorama educacional que exige tratar as atuais transformações com cuidado e atenção. Em consonância “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (Mantoan, 2003, p. 16).

Passados dezessete anos do lançamento dessa política, pode-se constatar, por meio de pesquisas (Baptista, 2011, 2015, 2019; Machado; Pan, 2012; Thoma; Kraemer, 2017; Oliveira; Fonseca; Reis, 2018; Neves; Rahme; Ferreira, 2019; Bezerra, 2020; Senna; Santos; Lemos, 2020; Vaz; Estabel, 2023), o quanto ainda se faz necessário investir em processos formativos de professores visando à inclusão escolar, em relação tanto à formação inicial quanto à formação continuada.

A educação inclusiva: Um desafio político ou didático-pedagógico?

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

Nos cursos de licenciaturas do Brasil, o perfil de formação, bem como as concepções de como será todo o processo formativo estão dispostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Esse documento deve orientar os aspectos políticos, didático-pedagógicos e de currículo (Veiga, 2003). Nesses casos, os PPC devem ter a sua escrita guiada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação docente e pelas diretrizes específicas de cada área do conhecimento a qual estão vinculados os cursos. Na última década, teve-se as DCN de 2015, 2019 e 2024, mais recentemente. Apesar do grau de autonomia das instituições na determinação dos currículos de seus cursos, a educação na perspectiva inclusiva está prevista desde 2008, pela PNEPEI, como um importante marco regulatório tanto na educação básica quanto no ensino superior.

No entanto, lacunas na formação de professores para atender à diversidade presente no ambiente escolar vêm sendo apontados em estudos (Garcia, 2013; Martelli *et al.*, 2024). A formação docente para a educação de todos os alunos na escola regular faz-se fundamental. Porém, mesmo com os avanços nos cursos de licenciaturas em busca de melhorias na formação de professores em uma perspectiva inclusiva, ainda é necessário repensar os PPC dos cursos, para que os currículos da formação inicial introduzam disciplinas que viabilizem um maior aprofundamento teórico e prático na temática da inclusão (Martins, 2012). Contemplando assim, uma formação que consista em uma instrumentalização para um trabalho pedagógico que respeite e valorize as diferenças (Pletsch, 2009).

Carmo e Fumes (2018) relatam em sua pesquisa a partir da análise dos PPC de formação de professores, que os poucos que fazem menção à inclusão escolar, o fazem na forma de uma transcrição literal de textos normativos, burocratizando a questão da inclusão nos cursos de formação de professores, ao buscar atender mais a um requisito normativo do que uma mudança de paradigma. O investimento na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade e heterogeneidade dos alunos na escola regular parece ser um dos melhores caminhos para se efetivar a inclusão escolar (Martins, 2012; Glat; Pletsch; Fontes, 2007).

Em consonância, Pletsch (2009, p. 149) afirma que o professor necessita “[...]construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar”. Ainda segundo a autora supracitada, o

que se tem é uma inclusão precarizada, uma vez que, limitar-se a oferecer uma disciplina com conteúdos sobre inclusão, sem maior reflexão e aprofundamento acerca das individualidades humanas, pode acabar auxiliando a manutenção de práticas segregacionistas.

Nesse cenário de emergentes transformações educacionais, formula-se a seguinte questão problema: De que maneira os cursos de licenciaturas têm abordado a temática da EI em seus PPC? Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é realizar uma Revisão Sistemática (RS) de trabalhos que analisem os PPC de Licenciaturas no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) entre os anos de 2008 a 2024, identificando a abordagem da EI nesses documentos que orientam a formação inicial docente. Para isso, serão analisados trabalhos que abordam a formação inicial e a educação inclusiva/especial e sua relação com a políticas de inclusão, como: a PNEEPEI (2008); o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Caminhos metodológicos

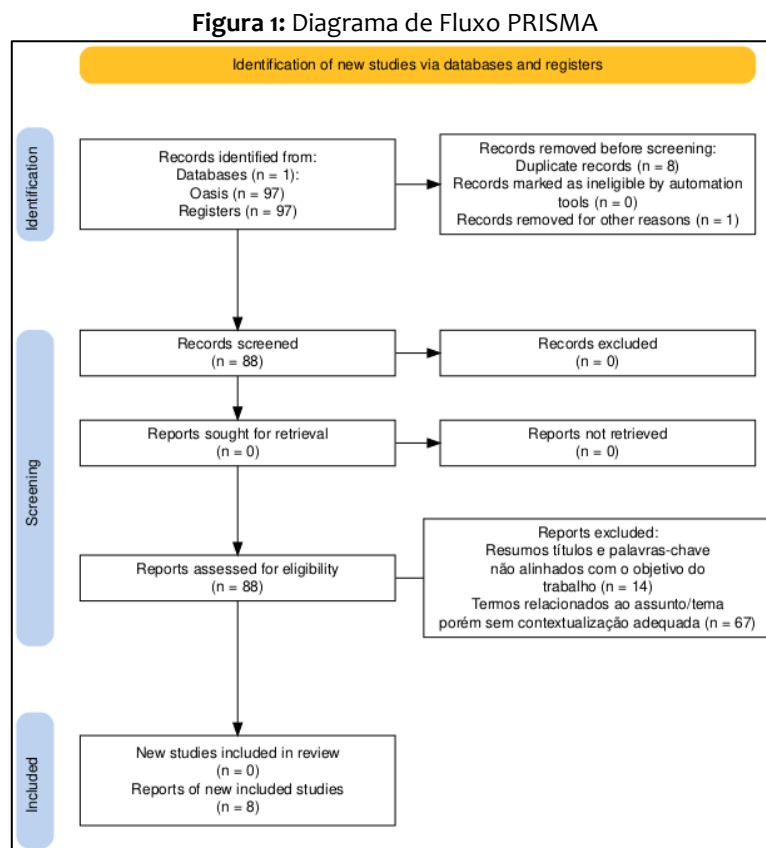
Este trabalho estrutura-se em uma RS, a qual utilizou o Protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) 2020 (Page *et al.*, 2021), que tem como objetivo auxiliar pesquisadores a tornar as pesquisas mais claras e transparentes, desde os objetivos da revisão, metodologia até os resultados. O Protocolo PRISMA 2020 é composto por uma lista de 27 tópicos de verificação que guiam a RS e um diagrama de fluxo que apresenta um panorama das informações gerais da revisão.

A RS foi realizada no mês de julho de 2024 no Oasisbr, que se caracteriza como um buscador de artigos, teses, dissertações, conjuntos de dados de pesquisa, livros e capítulos de livros. A escolha desta base de dados teve como objetivo fazer um levantamento qualitativo (Gil, 2010) de trabalhos que analisam como as políticas e leis de inclusão estão inseridas nos PPC no Brasil.

O período de busca delimitado para a RS foi entre os anos de 2008 a 2024, pois em 2008 foi lançado a PNEEPEI, documento considerado um marco na conquista e visibilidade de direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiência. Este documento ressalta a importância e dá foco à Inclusão Educacional, trazendo diretrizes claras, desafios de paradigmas anteriores, ênfase na formação de professores e impacto nas práticas educacionais. A partir do número de resultados inicialmente obtidos (97 registros), foram adotados critérios de elegibilidade (critérios de inclusão e exclusão).

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

Para elaboração do Diagrama de Fluxo do Protocolo PRISMA (Figura 1), foi utilizada uma ferramenta fornecida pela própria plataformaⁱ, que orienta a utilização do método e gera um fluxograma com os dados quantitativos da busca inicial dos trabalhos. Permitindo seu acompanhamento e reprodutibilidade.



Fonte: Adaptado de Page et al. (2021).

Após a etapa de Inclusão, os oito documentos, agora chamados como registros selecionados foram denominados com a letra T (Trabalho), seguido do algarismo correspondente (T1, T2, T3...). Os oito registros selecionados a partir da RS foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), um método de análise qualitativo que envolve a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo analisado, podendo ser usado para realizar análises em textos, entrevistas e documentos, com o objetivo de categorizar os materiais para encontrar padrões e agrupá-los conforme semelhanças (Bardin, 2016).

A categorização se estrutura em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material, categorização ou codificação; e 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação. No que se refere a categorização, cabe destacar que os registros, após aplicação da análise de

conteúdos foram agrupados em três categorias, sendo elas: Categoria 1: Análise das Políticas de Inclusão nos PPC; Categoria 2: Reflexões Críticas e Desafios na Formação Docente; e Categoria 3: Análise Crítica das Políticas e Currículos de Inclusão.

Resultados e discussões

Para facilitar a compreensão dos registros selecionados, os mesmos foram organizados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Registros selecionados na Revisão Sistemática

Área	Título	Tipo de Formação
Ciências Biológicas	A formação de professores de Ciências Biológicas e a Educação Inclusiva: Uma interface da formação inicial e continuada (Fernandes, 2012)	Inicial
Pedagogia	Educação Inclusiva: Formação de professores no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (Dias, 2015)	Inicial
Pedagogia	Política curricular e o dualismo Educação Especial X Educação Inclusiva: Reflexões críticas sobre a formação no curso de Pedagogia das universidades públicas do Rio de Janeiro (Pereira, 2017)	Inicial
Química	Um olhar nas propostas pedagógicas para formação de professores de química na perspectiva inclusiva em IES públicas da Paraíba (Barros, 2021)	Inicial
Matemática	Formação docente e a inclusão do(a) estudante com deficiência: O que pensam futuros professores do curso de licenciatura em Matemática do IFPE - campus Pesqueira (Anjos, 2021)	Inicial e Continuada
Pedagogia	Análise da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista e os impactos no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia de uma universidade pública (Molina, 2021)	Inicial e Continuada
Pedagogia	A formação inicial de professores e a Educação Especial: Caracterização político-pedagógica dos cursos de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Reis, 2021)	Inicial
Geografia	A educação especial na formação docente em geografia nas universidades públicas paranaenses: uma análise documental (Oliveira, 2023)	Inicial

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A partir dos registros selecionados, considerando a área de conhecimento, nota-se que a maioria são da área de Pedagogia (50%), os demais incluem Matemática, Química, Ciências Biológicas e Geografia, com um documento cada. Os registros também evidenciam que a maioria são dissertações (75 %); e os demais são TCC (25%), não apresentando nenhuma tese de doutorado.

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

As pesquisas estão divididas de forma igualitária no território brasileiro, em média com dois trabalhos por região, com exceção da região norte e sul, com uma pesquisa cada. A região Centro-Oeste apresenta dois trabalhos (Universidade Federal de Goiás – UFG e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS), a região Sudeste apresenta dois trabalhos (Universidade do Oeste Paulista – Unoeste e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ), a região Sul apresenta um trabalho (a pesquisa documental foi realizada em universidades públicas paranaenses, mas publicado pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar), a região Norte apresenta um trabalho (publicado pela Universidade de Brasília – UnB/UAB polo – Tocantins/Palmas) e a Região Nordeste dois trabalhos (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)).

Os dados também revelam um maior índice de publicações no ano de 2021, com quatro trabalhos (Anjos; Lima, 2021; Barros, 2021; Molina, 2021; Reis, 2021), as publicações deste ano variam entre as áreas de Pedagogia, Química e Matemática. O aumento nas produções acadêmicas neste período pode ter sido influenciada pela Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015a), pois esta lei destaca em seu Art. 28º, Inciso X a necessidade de “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores” (Brasil, 2015a), o que justifica a necessidade de se avaliar os PPC dos cursos de licenciatura, e consequentemente o aumento aqui evidenciado. Pois, o PPC enquanto documento norteador dos cursos de graduação está intimamente ligado ao processo de formação docente (Veiga, 2003).

Outro fator que pode ter contribuído para o aumento de publicações no ano de 2021 é o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (Brasil, 2020). Essa nova política, propunha promover a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como estabelecer a promoção de apoio especializado e formação de professores. Atualmente esta lei é revogada pelo decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023 (Brasil, 2023), pois recebeu muitas críticas ao possibilitar a segregação de alunos com deficiência para o ensino e salas especiais, separando-os do ensino regular, como destaca Lopes e Reicher (2020, p. 6) “em flagrante desrespeito aos marcos regulatórios nacionais, inclusive contrariando a própria Constituição Federal, o Decreto 10.502 [...] é um

documento absolutamente discriminatório”. A seguir, são apresentadas e discutidas as três categorias emergentes, elaboradas após as leituras e análises dos registros selecionados.

Categoria 1: Análise da Inserção das Políticas de Inclusão nos PPC

Nesta categoria estão agrupados quatro registros que analisaram a inserção e a atualização das políticas de inclusão nos PPC (Fernandes, 2012; Dias, 2015; Reis, 2021; Oliveira, 2023). A pesquisa de Fernandes (2012) indica que nos PPC analisados não foram encontrados diretrizes referentes a PNEEPEI. Quanto ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência não realizou essa análise, citando apenas o Decreto nº 7.611/2011, o qual não foi encontrado nos PPC analisados. Quanto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta pesquisa é anterior à publicação da lei. A pesquisa de Dias (2015) cita em seu trabalho a PNEEPEI, porém em suas análises do PPC do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Tocantins (UFT), o mesmo não apresentou indícios de utilização da referida legislação, ficando evidente as pouquíssimas horas destinadas a educação especial, se comparadas a toda a estrutura curricular do curso, apenas duas disciplinas são realmente voltadas à educação especial. Reis (2021) analisou apenas a PNEEPEI, indicando sua presença na bibliografia complementar dos PPC, e somente em um deles contemplando esta política na metodologia. Oliveira (2023) indica a presença da PNEEPEI no curso de Geografia (Campus Unespar – Paranavaí/PR), porém, como leitura obrigatória de uma disciplina nessa instituição de ensino superior analisada. Tendo sido investigados 15 cursos de Licenciatura em Geografia, de universidades estaduais e federais, distribuídas pelo território paranaense.

Ao se analisar especificamente cada documento, observa-se que Fernandes (2012, p. 86-87) trouxe como objetivo central de sua pesquisa “verificar como os aspectos históricos, políticos, éticos, sociais e pedagógicos relacionados à educação inclusiva são contemplados nos princípios que norteiam os projetos político-pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas”. Observa-se que esta pesquisa investiga diversas dimensões que influenciam o referido documento, sendo que se dará ênfase nesta categoria à dimensão política. O contexto de investigação de Fernandes (2012) foram duas universidades do estado de Goiás, sendo a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). No contexto destas duas universidades, constata-se que:

[...] os aspectos históricos, políticos, éticos, sociais e pedagógicos relacionados a esse contexto estão ausentes dos objetivos, expectativas e princípios que norteiam os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das duas IES investigadas (Fernandes, 2012, p. 180).

No que se refere à inserção das políticas de inclusão nos PPC, Fernandes (2012, p. 181) aponta que:

É muito provável que as IES tenham inserido a disciplina Libras nos PPC por exigência do MEC, em cumprimento à Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e ao Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que tornam o ensino da Língua Brasileira de Sinais obrigatório nos cursos de formação de professores, e não pela consciência da relevância e pertinência de inserir a temática da inclusão na formação dos professores de Ciências Biológicas.

As conclusões apresentadas por Fernandes (2012), vêm ao encontro do que é observado na literatura (Glat; Platsch; Fontes, 2007; Martins, 2012; Carmo; Fumes, 2018), indicando apenas um atendimento as normativas, do que de fato uma busca por mudanças paradigmáticas da formação docente para/na diversidade discente. Se afastando de uma prática educativa inclusiva (Platsch, 2009). A pesquisa de Dias (2015, p. 6) teve como objetivo central “identificar no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, se a graduação assegura aos futuros profissionais as condições básicas de atuarem com e na educação inclusiva de forma eficiente”. Os resultados indicam que:

A partir do estudo do PPP [Projeto Político Pedagógico] do curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, pode-se dizer que ainda temos poucas disciplinas específicas à educação especial e mesmo aqueles que podem ser um suporte ainda carecem de uma melhoria na sua ementa para que seu conteúdo seja mais direcionado, como a psicologia [...] (Dias, 2015, p. 28).

Assim, como na pesquisa de Fernandes (2012), Dias (2015) dá indícios de que as políticas de inclusão se fazem presentes apenas na exigência do Ministério da Educação (MEC), pois as horas destinadas durante a graduação para a EE são poucas. Fazendo-se assim, cumprir as exigências legais, e não de fato construindo um aporte teórico para os futuros professores (Glat; Platsch; Fontes, 2007; Martins, 2012; Carmo; Fumes, 2018).

A pesquisa de Reis (2021, p. 8) teve como objetivo “analisar a formação inicial do professor para atuar na educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS”. A autora concluiu após suas análises que há:

[...] a ausência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia. Em alguns campi, o documento da PNEEPI aparece evidenciado na bibliografia complementar

dos cursos e, apenas no campus de Três Lagoas, é contemplado na metodologia do referido campus [...] (Reis, 2021, p. 103-104).

Reis (2021) destaca ainda a fragilidade dos PPC analisados quando se trata da inserção das políticas de inclusão, pois, como supracitado, a PNEEPEI (Brasil, 2008) se faz presente sem a ênfase necessária, e outros documentos não foram analisados na pesquisa, tais como o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porém, cabe destacar que Reis (2021) indica que a referida universidade estava em um momento de reelaboração dos PPC, e que atualmente este cenário pode ter se modificado.

Oliveira (2023, p. 7) apresenta como objetivo “analisar a formação do professor em cursos de licenciatura em geografia no que tange às proposições da educação especial na perspectiva inclusiva”. O contexto da investigação se deu em todo o território paranaense totalizando nove instituições estaduais e duas federais. Uma das conclusões da pesquisa de Oliveira (2023, p. 106) é de que “todos os documentos norteadores precisam manter a coerência e consistência em todos os aspectos que fundamentam o político e o pedagógico de seus projetos, o que neste estudo se mostrou insuficiente”. Ou seja, as políticas analisadas não se mostraram uniformes em todos os PPC, isso se tratando da PNEEPEI, pois a autora não estendeu sua análise a outras políticas de inclusão.

Categoria 2: Reflexões Críticas e Desafios na Formação Docente

Nesta categoria estão agrupados dois trabalhos (Anjos; Lima, 2021; Molina, 2021) voltados a refletir criticamente sobre os desafios da formação inicial de professores para a EI. Além de buscar compreender como estão organizados os conteúdos e as disciplinas dentro da grade curricular, analisando como o PPC influencia neste contexto.

A pesquisa de Anjos e Lima (2021, p. 4) tem como objetivo “analisar o que pensam futuros(as) professores(as) de Matemática do IFPE – Campus Pesqueira sobre a inclusão de estudantes com deficiência e a formação oferecida para essa inclusão”. Esta pesquisa ocorreu por meio de entrevistas em novembro de 2021, contando com a participação de seis alunos do 8º período do curso de licenciatura em matemática. De acordo com esta categoria, Anjos e Lima (2021, p. 14-15) observaram que:

As falas dos participantes da pesquisa mostram uma visão simplista de inclusão escolar, pois esta não consiste apenas na garantia da permanência física dos(as) alunos(as) com deficiência em salas regulares de ensino, junto com os(as) demais alunos(as). Na verdade, ela é mais do que isso. [...].

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

Constata-se, portanto, que a formação inicial destes docentes necessita de uma reflexão acerca da sua estrutura, principalmente no diz respeito aos documentos orientadores, tal como o PPC. Sobre isso, Anjos e Lima (2021, p. 15) destacam que:

É notório que a discussão sobre integração e inclusão pouco foi debatida durante a formação dos(as) futuros(as) profissionais e isso tem provocado dúvidas na compreensão dos termos, ou seja, para os(as) participantes da pesquisa a inclusão escolar está dentro da perspectiva da integração. Tal fato nos revela a urgência na reformulação do PPC do curso de Licenciatura em Matemática do IFPE no sentido de ampliar a discussão teórica e metodológica acerca da inclusão escolar, através dos seus componentes curriculares.

Assim como:

[...]embora a instituição formadora IFPE - Campus Pesqueira tenha o desejo e o objetivo de formar seus/suas futuros(as) docentes, para desenvolver uma prática educativa que valorize o ensino de qualidade nas salas de aula regulares com atuação na perspectiva inclusiva para o atendimento de uma sociedade plural e diversificada, tal objetivo não se concretiza em sua totalidade (Anjos; Lima, 2021, p. 18).

A pesquisa de Molina (2021, p. 8) apresenta como objetivo: [...] analisar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista e os seus impactos no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia, de uma Universidade Pública do Interior do Estado de São Paulo. Esta pesquisa, embora analise especificamente a relação entre os PPC e a formação para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), constrói importantes reflexões sobre a formação docente, esmiuçando críticas e desafios neste cenário. Tal análise se faz importante, pois de acordo com o Censo Escolar 2023 “o percentual de alunos com deficiência, **transtornos do espectro autista** ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino” (Brasil, 2024, p. 51, grifo nosso). Molina (2021, p. 92) destaca que:

[...] para além de sua invisibilidade no PPP do curso de Pedagogia, as referências ao TEA se fizeram presentes de forma mais efetiva, apenas, nos Programas de Ensino das disciplinas de “Fundamentos da Educação Inclusiva” e “Paradigmas Inclusivos e Didática de Libras”. Trata-se de uma expressão tímida quando se pensa na formação dos alunos de Pedagogia, mesmo reconhecendo as inúmeras temáticas e demandas que perpassam a educação escolar.

Portanto, fica evidente o quão importante análises críticas acerca dos PPC se fazem necessárias ao se destacar o perfil docente que se deseja formar, pois, a escola se constitui

cada vez mais como um ambiente heterogêneo (Martins, 2012; Glat; Pletsch; Fontes, 2007), principalmente ao se considerar o acesso de camadas marginalizadas da população, em especial aquelas com deficiência. Estes dois trabalhos exemplificam também, os inúmeros desafios dos quais o docente enfrentará em sua carreira, principalmente quando sua formação inicial apresenta fragilidades ao se pensar em um ensino inclusivo e equitativo (Pletsch, 2009).

Categoria 3: Análise crítica das políticas de inclusão dentro de um currículo

Nesta categoria estão agrupados os trabalhos de Pereira (2017) e Barros (2021), que embora analisem políticas de inclusão em currículos, não deixam de transitar nos PPC dos cursos investigados. A pesquisa de Pereira (2017, p. 9) tem como objetivo central analisar a “organização/implementação das ementas/currículos da(s) disciplina(s) relacionada(s) à modalidade Educação Especial dos cursos de licenciatura em Pedagogia nas Universidades públicas presenciais do Rio de Janeiro”. Foram analisados as matrizes curriculares dos cursos de pedagogia de seis universidades estaduais e federais do Rio de Janeiro, sendo elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Pereira (2017) aponta que a UFRJ e UNIRIO oferecem um maior aprofundamento sobre o conceito teórico da modalidade de EE, enquanto a UFRRJ apresenta um aligeiramento/fragmentação da disciplina pois possui uma carga horária menor, já a UERJ por apresentar a maior carga horária, indica uma junção da práxis, se aprofundando nas dimensões culturais políticas e na prática. No que se refere ao momento em que a disciplina que aborda a EE é alocada no curso, a UENF, UFRRJ, UERJ e UFF a dispõem após os estágios obrigatórios, o que descaracteriza o processo formativo e curricular. A UENF e UFF apresentaram como sinônimos em suas ementas/currículos a EE e EI, caracterizando uma não apropriação do significado conceitual destes termos, “consequentemente torna-se um currículo que somente incorpora as pessoas com deficiências dentro do contexto da educação inclusiva” (Pereira, 2017, p. 114). Algumas das universidades analisadas apresentam um certo conservadorismo sobre os conhecimentos válidos e não válidos em suas ementas/diretrizes curriculares, como é o caso da UERJ com a disciplina de EE para os alunos

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

de Pedagogia, sem apresentar qual a especificidade de tal disciplina para o público indicado em seu título. Neste cenário, Pereira (2017, p. 115) conclui que:

Uma nova concepção curricular no que concerne a modalidade Educação Especial para formação do docente/pedagogo se faz emergente nas Universidades públicas presenciais do Rio de Janeiro. Os currículos nos cursos de licenciatura em Pedagogia devem abrir espaços para a emergência da diversidade dos sujeitos, a fim de que suas pluralidades possam ser afirmadas e não negadas no contexto contemporâneo brasileiro.

A pesquisa de Barros (2021, p. 8) apresentou como objetivo “analisar as propostas pedagógicas que os cursos de Licenciatura em Química das IES públicas do estado da Paraíba vêm adotando para atender às demandas da Educação Especial na perspectiva inclusiva”. Este estudo se justifica nesta categoria, pois:

[...] os currículos dos cursos de licenciatura das IES da Paraíba contemplam disciplinas que abordam as práticas da educação inclusiva, mas, por se fundamentarem nos regimentos das Resoluções das DCNs mais antigas na elaboração dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, algumas licenciaturas ainda têm contemplado com certa defasagem tais discussões e excluído de suas matrizes curriculares, componentes essenciais para o debate (Barros, 2021, p. 8).

As análises de Barros (2021), indicam que o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) campus João Pessoa não possui disciplinas específicas voltadas para à discussão da EE na perspectiva inclusiva, embora tais discussões possam ser levantadas em disciplinas como Educação em Direitos Humanos e Seminário de Educação, tal fato se repete no IFPB campus Souza. Sobre isso, Barros (2021, p. 59) destaca que “nesse caso, as discussões ficam muito a critério dos docentes, que podem ou não as ter como objetivos em seus planos de abordagem e conteúdos programáticos das disciplinas”. Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a matriz curricular do curso de Licenciatura em Química noturno apresenta uma disciplina de Educação Especial e Inclusiva, sobre esta disciplina Barros (2021, p. 60) destaca que:

A disciplina possui carga horária total de 30 horas/aula de carga horária e é ofertada no sétimo semestre do curso. Podemos marcá-la como um espaço dedicado ao levantamento de discussões sobre as características das deficiências e sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, destacando que a presença de disciplinas como essa na matriz curricular do curso não dispensa levantamentos sobre esses temas em outras disciplinas, mas oferece a garantia de que a temática seja abordada durante a graduação. Conforme determinação legal, a matriz do curso da UEPB também traz a disciplina de Libras e ainda disponibiliza a disciplina Libras II como uma disciplina eletiva.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresenta menos disciplinas pedagógicas do que as demais instituições analisadas, bem como, a ausência de disciplinas voltadas para a EE na perspectiva inclusiva. Tal fato decorre do seu PPC de 2011 estruturar-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Química (Resolução CNE/CES 8/2002), Resoluções 04/2004 e 07/2010 do CONSEPE da Universidade Federal da Paraíba (Barros, 2021). A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em seus dois campi que ofertam o curso de Licenciatura em Química (campus Cajazeiras e Cuité) não apresentam disciplinas que abordem especificamente as discussões da EE, com exceção do Campus Cuité que apresenta a disciplina de Libras (Barros, 2021). Sobre as análises da UFCG, Barros (2021, p. 63) destaca:

A ausência de componentes curriculares específicos sobre Educação Especial na perspectiva inclusiva não significa, necessariamente, que os alunos daquelas instituições não tenham acesso à informações e debates sobre o tema durante a graduação, uma vez que essas abordagens podem ser trazidas também em outras disciplinas, como as de Psicologia da Educação, Legislação da Educação Básica, Metodologia do Ensino de Química, por exemplo, mesmo que estes debates não sejam tema do objetivo geral de suas ementas.

Algumas das universidades analisadas na pesquisa de Barros (2021) não contemplavam a disciplina de Libras, obrigatória desde 2002 (Brasil, 2002) e reformulada pelo Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005) e pelo Parecer CNE/CP n. 2/2015 (Brasil, 2015b), mesmo os PPC destes cursos sendo de 2011, o que indica, sobretudo, sua desatualização. Isso ocorreu também com a resolução mais atual de 2019 (Brasil, 2019), publicada pelo MEC, que contempla mudanças nos cursos de formação docente.

As pesquisas contempladas nesta categoria indicam a necessidade de uma atualização dos instrumentos que regulam a formação docente em uma perspectiva política, didático-pedagógica e de currículo (Veiga, 2003). Porém, não basta que essas atualizações sejam apenas transcritas de forma literal nestes instrumentos (Carmo; Fumes, 2018). É necessário ir além, proporcionando aos futuros docentes a possibilidade de vivenciar a prática educativa na perspectiva inclusiva tanto nas abordagens teóricas quanto nas práticas de ensino.

No cenário evidenciado na análise das três categorias, fica perceptível o caminho a ser percorrido pelas instituições formadoras, para que de fato se atenda à Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (Brasil, 2001), que preconiza que os sistemas de ensino formulem seus PPC visando professores especializados e preparados para atuar com a diversidade dos estudantes. Para isso, faz-se necessário que os futuros professores possam experimentar a EI 'in loco' e não

apenas de forma teorizada. Bem como, (re)contextualizar como os PPC dos cursos de licenciaturas abordam a temática da inclusão, a fim de ultrapassar a visão verticalizada do ensino disciplinar chegando a uma transversalização da EI nos cursos como um todo.

Considerações finais

Esta pesquisa objetivou realizar uma Revisão Sistemática (RS) de trabalhos que analisem os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de licenciaturas no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) entre os anos de 2008 a 2024. Considerando os dados analisados e discutidos, admite-se que tal objetivo foi atingido.

Os dados revelam em um primeiro momento a baixa quantidade de trabalhos relacionados com o foco da pesquisa. Destacando-se que os registros mais contabilizados são da área de conhecimento da Pedagogia. Notou-se também um aumento de publicações nos últimos anos em especial no ano de 2021, e que apesar deste crescimento ainda assim é um valor baixo, o que proporciona um novo campo de possibilidades a serem pesquisados em diversas áreas de conhecimento.

A cada período histórico as políticas, as leis e os planos educacionais vão sendo atualizadas conforme a sociedade vai desenvolvendo-se. Portanto, se faz necessário uma análise crítica constante dos trabalhos e documentos que permeiam a formação docente, a fim de adequá-los para preparar profissionais qualificados para desenvolver estratégias para melhor atender e incluir os alunos com deficiência dentro das instituições de ensino regular.

Sendo evidente que os PPC ainda não dialogam de forma eficiente com políticas de inclusão como a PNEEPEI, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como demonstraram as pesquisas de Fernandes (2012), Dias (2015), Reis (2021) e Oliveira (2023). Embora seja um objetivo das instituições de ensino superior formar docentes com uma atuação na perspectiva inclusiva, ainda é necessário maiores discussões e reflexões para se atingir tal objetivo (Anjos; Lima, 2021; Molina, 2021). Por fim, este cenário se reflete nas disciplinas e currículos de formação docente, que apresentam escassez de componentes curriculares dedicados ao ensino em uma perspectiva inclusiva (Pereira, 2017; Barros 2021).

Cabe destacar que esta RS não se apresenta como uma conclusão da temática investigada, pois, apesar do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) ser um importante veículo de divulgação das pesquisas de pós-graduação no

Brasil, é necessário olhar para outras bases de dados e contemplar outros meios de publicações, como artigos científicos. Bem como, investigar se este cenário se mantém constante nas demais instituições de ensino superior do Brasil.

Referências

ANJOS, Hélio Beserra dos. **Formação docente e a inclusão do estudante com deficiência: o que pensam futuros professores do curso de Licenciatura em Matemática do IFPE - Campus Pesqueira**. 2021. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Pesqueira, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/585>. Acesso em 10 jul. 2024.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: A sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, p. 59-76, maio/ago. 2011. Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HqYsLYxb6tXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 fev. 2025.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Escolarização e deficiência: Configurações nas políticas de inclusão escolar**. – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/livros/escolarizacao.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Política pública, educação especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p.1-19, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/?format=pdf>. Acesso em 04 fev. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Jesse Silva. **Um olhar nas propostas pedagógicas para formação de professores de química na perspectiva inclusiva em IES públicas da Paraíba**. 2021, 76f. Dissertação. (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: UEPB, 2021. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3931/2/PDF%20-%20Jesse%20Silva%20Barros.pdf>. Acesso em 10 jul. 2024.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 673-688, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK>. Acesso em 10 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

O lugar da Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura: Uma Revisão Sistemática

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015b. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Revogado pelo Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS - DEED. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: Resumo Técnico – Versão Preliminar. Brasília: INEP, Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://riep.inep.gov.br/bitstreams/bd58319c-c6be-4e77-b4d9-b732a22f72b7/download>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. A formação de professores para a inclusão educacional: uma análise de projetos pedagógicos de cursos de licenciaturas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 6, p. 138-150, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5700>. Acesso em 18 jan. 2025.

DIAS, Artenizia Leonel. **Educação inclusiva**: formação de professores no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins. 2015. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar). Universidade de Brasília, Polo – Palmas -TO, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15073/1/2015_ArteniziaLeonelDias_tcc.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

FERNANDES, Sandra de Freitas Paniago. **A formação de professores de ciências biológicas e a educação inclusiva**: uma interface da formação inicial e continuada. 2012. 199f. Dissertação. (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/52775d61-a67a-4d1a-9b5b-1c9da52497ef/content>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.52, p.101-119, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4cwH7NndqZDYRSjCjmDkWWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, Rosana, PLETSCH, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista Educação (Santa Maria)**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>. Acesso em: 18 jan. 2025.

LOPES, Laís de Figueirêdo; REICHER, Stella Camlot. Parecer jurídico sobre “Análise do Decreto 10.502/2020 e a política nacional de educação especial: avaliação sobre retrocessos no ordenamento jurídico”. In: GOMES, Igor lima da cruz; BARROS, João Pedro leite; ALMEIDA, Leonardo Rocha de (Org.). **Deficiência & Os Desafios para uma Sociedade Inclusiva**. Indaiatuba-SP: Editora Foco, 2022. p. 331-396.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Do nada ao tudo: políticas públicas e a educação especial brasileira. **Educação e Realidade**, v. 37, p. 273-294, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/p9WTK37TncQpWLBqgvd58zB>. Acesso em 10 jul. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTELLI, Fabrício Heitor; SOUSA, Lorena Oliveira de; ALMEIDA, Whasgthon Aguiar de; KASSEBOEHMER, Ana Cláudia. O ensino de ciências colaborativo e inclusivo para estudantes com surdez: o despertar científico. **Areté -Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v. 22, n.36, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/4036>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Terezinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Tófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 25- 38.

MOLINA, Lina Maria Moreno. **Análise da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro autista e os impactos no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia de uma Universidade Pública**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2021. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1377>. Acesso em 10 jul. 2024.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1–21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/J8j5ZYK99htRZyQnW7Cqbrs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2024.

OLIVEIRA, Maryane Teixeira Jacob de. **A educação especial na formação docente em geografia nas universidades públicas paranaenses: uma análise documental**. 2023. 124f. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos: UFSCAR, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/18486>. Acesso em 08 jul. 2024.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; FONSECA, Kátia de Abreu; REIS, Marcia Regina dos (Org.). **Formação de professores e práticas educacionais inclusivas**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic review. **BJM**, vol. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n71.full.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PEREIRA, Andressa Silva. **Política curricular e o dualismo educação especial x educação inclusiva: reflexões críticas sobre a formação no curso de pedagogia das universidades públicas do RJ**. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu,

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13023>. Acesso em 05 jul. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. **Educar Em Revista**, n. 33, p. 143–156, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2025.

REIS, Iracema de Souza. **A Formação Inicial de Professores e a Educação Especial:**

Caracterização Político-Pedagógica dos Cursos de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2021. 116f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2021. Disponível em:

https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4091/1/Dissert_%20Iracema%20de%20Souza%20Reis.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

SENNA, Manoella; SANTOS, Mônica Pereira dos; LEMOS, Lidiane Moraes Buechen. A participação da sociedade e o caso da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: refletindo sobre a formação de professores. **RevistAleph**, n.34, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/41437/25233>. Acesso em 04 fev. 2025.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **A educação de pessoas com deficiências no Brasil:** Políticas e práticas de governo. Editora: Appris, 2017.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível

em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 13 out. 2024.

VAZ, Catia; ESTABEL, Lizandra Brasil. Incursão histórica da política de educação especial no Brasil: da exclusão à perspectiva inclusiva. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/67851>. Acesso em: 6 mar. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes - Campinas**, v. 23, n. 61, p. 267-281, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH>. Acesso em 18 jan. 2025.

Nota

ⁱ Ferramenta para elaboração do Diagrama de Fluxo do Protocolo PRISMA. Disponível em: https://estech.shinyapps.io/prisma_flowdiagram/. Acesso em: 09 dez. 2024.

Sobre os Autores

Wagner Essig

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente é professor de Ciências e Biologia na rede estadual do Paraná (PR).

E-mail: 19006946@uepg.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0180-9250>

Renato Marcondes

Graduado em Licenciatura Química pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR campus Ponta Grossa) e professor do Departamento de Química da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: rmarcondes@uepg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8018-1985>

Micheli Bordoli Amestoy

Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra e Doutora em Educação em Ciências (UFSM). Atualmente é professora do Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: mbamestoy@uepg.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5687-5311>

Recebido em: 16/03/2025

Aceito para publicação em: 22/04/2025